

Revolução



PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

APOIO AO REVOLUÇÃO

Camaradas:
Hoje a) receber o «Revolução» decidi escrever-vos para vos dizer algo, pois julgo que neste momento em que as forças de direita e reformismo atacam e conciliam, nós revolucionários temos de avançar com a discussão cada vez mais intensa, para podermos estar preparados para em breve contra-atacarmos.

Ao tomar-me assinante do «Revolução», foi com a intenção de saber mais profundamente o que é o P.R.P. e quais as suas posições perante as situações que se deparam diariamente ao povo trabalhador e não estando de acordo com uma parte das vossas análises, julgo que nestes últimos «tempos» vocês têm sido a única organização que tem posto os problemas objectivamente, sem rodeios e sem demagogia. Por isso venho por intermédio desta carta pedir-vos que

sejam mais profundos nas vossas análises sobre os problemas concretos, principalmente a nível militar de direita, pois penso que só assim podemos tirar conclusões realistas sobre quem nos governa ou sobre quem será o «Pinochet II»!

Eu estou ao lado de todos aqueles que se sentem explorados, estando assim ao lado e integrado nos revolucionários que «estão dispostos a lutar contra o novo fascismo».

Camaradas junto envio mais 100\$00 para apoiar o «Revolução», para que ele seja mais um jornal de Esquerda a lutar pelos interesses dos trabalhadores.

Viva a Revolução Socialista
Viva o projecto do camarada Otelol
Vivam os trabalhadores revolucionários!

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA ERNESTO E LUÍS LIVRARIA-BIBLIOTECA

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 20 por cento.

VAI LÁ ● LÊ OU COMPRAS LIVROS ● DÁ SUGESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

AOS LEITORES

CAMARADAS

Por dificuldades, quer da composição quer da distribuição, devidas ao período de Natal e Ano Novo e aos feriados correspondentes, o «Revolução» não será publicado, como seria normal, na quinta-feira, dia 30, saindo um número especial na primeira semana de Janeiro.

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS	Semestral	110\$00	Pagamento
	Anual	220\$00	
ESTRANGEIRO	Semestral	400\$00	Em cheque <input type="checkbox"/>
	Anual	800\$00	Em vale <input type="checkbox"/>

Lê
assina
divulga
Revolução

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa

Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 h e das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

Stª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS — Rua Córd e de S. Salvador, 374
Tel. 931925

BARCELOS — Av. Liberdade 60/r.c.
Tel. 83699

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges,
Tel. 22961

CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10 Tel. 179

MARINHA GRANDE — Rua Marquês de Pombal, n.º 65

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreixo n.º 142
Tel. 24149

ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. de República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte
Pedroso, n.º 15 - Algés de Cima
Tel. 100337

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro
n.º 16-17 Tel. 2512807

PAREDE — Rua Gomes Freire de
ANDRADE, 1 Tel. 2474142

AMADORA — Rua Gonçalves
Ramos, n.º 40 Tel. 939525

CACÉM — E. de Paço de Arcos,
lote 16, loja. T. 2945096

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3
Tel. 26949

COVA DA PIEDADE — Estrada
Nacional, n.º 10
2763397/2763122

BARREIRO — Rua dr. Eusébio
Leão, 31 Tel. 2076745

QUINTA DA LOMBA — Rua de
Goa, 21-A

LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312

SINES — Rua Marquês de
Pombal, n.º 86 Tel. 62880

TORRÃO — Horta Seca

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão
das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alexandre Herculano,
n.º 29 Tel. 24594

ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira
Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

OLHÃO — Rua 18 de Junho,
n.º 64 - B - C

LOULÉ — Av. José da Costa Mea-
lha, n.º 29 - 1.º Tel. 83043

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio
24735

PORTIMÃO — Rua 5 de Outu-
bro, 17 - 24658

ESTOMBAR — Rua D. Pedro
Galvão, 5

MONCHIQUE — Estrada da Foia,
5, Monchique

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

GOVERNO PS: EMPRÉSTIMOS PARA UM PLANO IMPOSSÍVEL

Começou na passada terça-feira a discussão na Assembleia da República do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o ano de 1977, apresentado pelo governo de Soares. Na hipótese provável do Plano ser recusado pelos partidos que têm assento naquela assembleia (exceptuando o P.S., claro) estaria aberta uma crise agudíssima no país, na opinião do próprio Mário Soares.

Para se ter uma ideia de porque é que Soares não encontra alternativa viável se a A.R. não aprovar as propostas do seu governo, é necessário reflectir sobre a situação económica em que este governo estrebucha, para o que damos algumas notas.

PORTUGAL: PAÍS DEPENDENTE ECONOMICAMENTE

Durante o fascismo, os capitalistas beneficiavam das condições políticas que todos conhecemos para acumular capital à custa de salários de fome. Ao dar-se o golpe militar do 25 de Abril, foi rompido esse enquadramento político, os trabalhadores conquistaram melhores salários e os capitalistas portugueses não tinham as empresas apetrechadas tecnicamente para através de uma melhoria tecnológica, fazerem os operários produzir mais em menos tempo, recuperando os chodudos lucros momentaneamente perdidos.

Quanto aos capitalistas estrangeiros deixaram de ter um governo fascista que lhes garantisse que os trabalhadores sofreriam uma alta exploração em silêncio, e debandaram em busca de países onde essas condições ainda existam. Isto traduziu-se no facto dos investimentos terem praticamente terminado.

Deste modo, a economia portuguesa que depende a todos os níveis do capital estrangeiro, ficou com uma brecha que nenhum dos sucessivos governos conseguiu fechar. Pois para relançar a economia era necessário que os governos conquistassem a confiança dos capitalistas; para essa confiança ser conquistada tinham de lhes ser dadas garantias de que os investimentos lhes iriam trazer lucros; para isso era preciso que os trabalhadores aceitassem continuar a ser explorados. Como os trabalhadores disseram não à exploração, o governo só conquistaria essa «confiança», reprimindo-os. É os governos nunca tiveram força suficiente para reprimir de forma «conveniente».

OS PLANOS

Em capitalismo, cumpre aos capitalistas fazer um certo tipo de ligação entre o capital e a força de trabalho. Depois do 25 de Abril, e perante a sua fuga, todos os governos procuraram substituí-los por um plano.

Por exemplo, o V governo tinha um esboço para a elaboração dum plano copiado da U.R.S.S. (evidentemente) e que, como tal, assentava numa estrutura altamente centralizada e não democrática da qual eram excluídas as comissões de trabalhadores. Claro que esse esboço foi ignorado pelos governos que se lhe seguiram ligados ao outro bloco político-militar e interessados noutra política económica, mas que no aspecto da participação dos trabalhadores é idêntica, como é óbvio.

O plano que o P.S. apresenta ago-

ra, assenta num objectivo fundamental: diminuir o déficit comercial que o governo tem em relação a outros países. Aqui convém referir o seguinte ponto, que é por onde se desmonta a teoria da «eficácia» do plano que os social-democratas nos querem impingir. Enquanto num regime onde os trabalhadores detenham o poder uma planificação socialista tomaria o controlo dessa dívida dependente da planificação da produção e sobretudo da satisfação das necessidades da colectividade, esse plano faz o contrário: submete as necessidades dos trabalhadores ao controlo desse déficit comer-

cial. Claro que a burguesia faz isto lhões de contos. Será que a democracia burguesa vai assim estabilizar? Veremos adiante que não.

Quando um país social-democrata recebe um empréstimo este dinheiro é destinado essencialmente a evitar as convulsões que sucedem quando o ciclo vicioso aumento de preços — baixa do valor da moeda — novo aumento de preços, ou seja, quando o aumento contínuo da inflação e da desvalorização da moeda, ultrapassa determinados limites. O caso de Portugal é diferente, pois não tem estruturas económicas montadas de modo a que esses empréstimos venham repor o «andamento normal», que nunca existiu no nosso país.

Como tal o governo precisa de dois tipos de empréstimos: um para repor a sua balança comercial dentro dos limites tolerados; o outro, para possibilitar a criação de estruturas que permitam que esse reajustamento dê os efeitos desejados: investimento, estabilidade económica, etc.

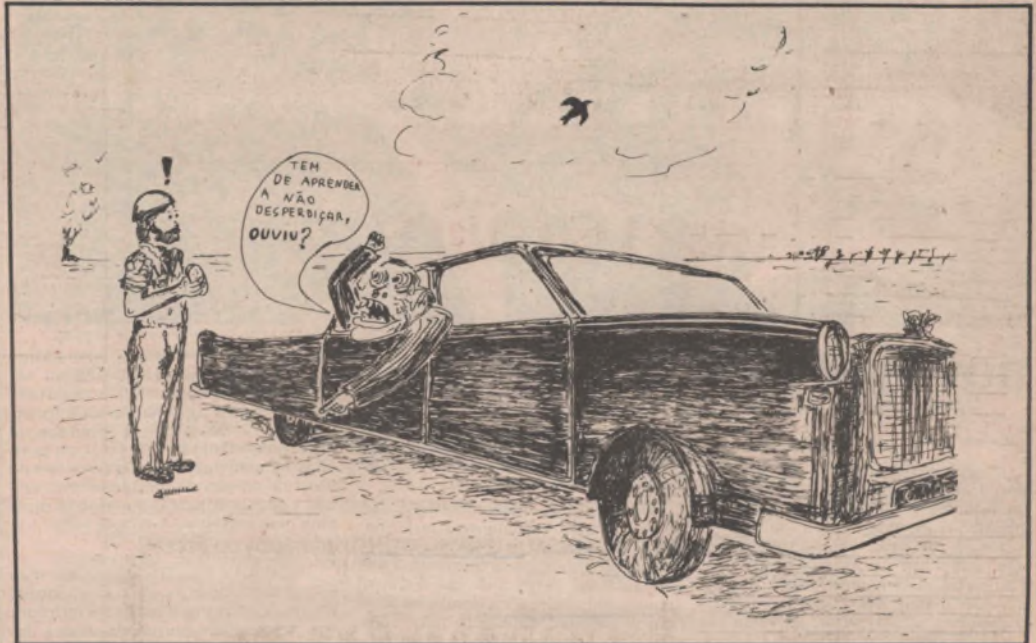
li que almeja no seu plano: Chamar os capitalistas a investir.

Dos lucros que adviriam desses investimentos o Governo colheria o necessário para pagar aqueles empréstimos.

Contudo, os capitalistas não investem sabendo apenas que há condições financeiras para o seu capital se reproduzir. Precisam sobretudo de ter a certeza de que os trabalhadores não levantarão objecções, não poderão fazer greves, enfim, de que haverá um enquadramento político que lhes assegure que não será posto em causa o «seu dinheiro». Isto é, exigem que o Governo lhes garanta que reprimirá os trabalhadores.

A REPRESSÃO

Uma pergunta que às vezes surge é como é que num país social-democrata, a burguesia «aguenta» as greves e reivindicações do proletariado sem usar formas fascistas de repres-



porque, por um lado, não partilha dessas necessidades e, porque, por outro, precisa antes de mais de satisfazer as condições dos patrões que a sustentam e apoiam.

OS EMPRÉSTIMOS E A ESTABILIZAÇÃO

Mário Soares tem sido um exímio mendigo de empréstimos por essa Europa e América fora, justificando-se com a tese de que é normal os países europeus, mesmo em «democracia estabilizada», receberem «auxílios» dos países mais «ricos». Recentemente, foi-lhe oferecido pelos Estados Unidos um empréstimo de cerca de 45 mi-

A DEPENDÊNCIA POLÍTICA

Claro que quando alguém faz um empréstimo, procura ter a certeza de que reaverá o seu dinheiro.

No caso dos Estados Unidos, estes parecem dispostos a, além de recuperar juros, comprar uns «serviços». E aí temos Mário Soares a defender a política imperialista relativa à Espanha e ao Brasil, e aí temos as Bases dos Açores e a Brigada da NATO.

OS JUROS

Os empréstimos são assim destinados a criar estruturas económicas que permitam ao governo concretizar aqui-

ção e sem ser muito abalada a sua estabilidade económica.

Isto acontece porque lá o capitalista, porque dispõe de meios técnicos mais avançados, vai substituindo a força do trabalho por máquinas mais aperfeiçoadas de modo a aumentar a produtividade dos trabalhadores e a poder subir-lhes os salários sem baixar as suas taxas de lucro.

Aqui em Portugal o capitalista não dispõe de técnicas evoluídas, o que implica que o lucro que obtém é essencialmente assegurado à custa da baixa de salários dos trabalhadores, ou do aumento do preço dos produtos, o que vai dar no mesmo.

e a actualidade nacional

A DANÇA DA INFORMAÇÃO ... E AS PERIPÉCIAS DO MINISTÉRIO ALEGRE

Já ninguém tem dúvidas da importância que a informação, através dos seus órgãos, desempenha como meio de divulgação da ideologia que a controla. Mas se ainda restassem dúvidas a alguém, elas teriam sido dissipadas com a longa lista de ataques que a burguesia tem feito, contra órgãos, que por força da luta de classes, se têm colocado ao lado da luta dos trabalhadores.

Poderíamos citar inúmeros casos, que em maior ou menor grau demonstrariam o encarniçamento posto pela burguesia na defesa da informação que, até ao 25 de Abril, nunca lhes tinha fugido das mãos. O nosso objectivo, no entanto, é menos complexo

e reporta-se fundamentalmente à recente questão do jornal «O Século». Desta questão já muita coisa foi dita, muitas outras haverá para dizer, mas não deixaremos de chamar a atenção para alguns aspectos essenciais.

O CASO «O SÉCULO»

O primeiro facto importante e que ressalta aos olhos de todos é que, desde o seu início, este é um «caso» puramente político. Tudo começou com a nomeação, por parte de dois administradores do jornal (que por acaso é estatizado e como tal independente e apartidário), para director, de um deputado do PPD (que naturalmente também é independente e apartidário). A resposta do PS não se fez esperar, e, num comunicado conjunto da presidência do conselho de ministros e da Secretaria de Estado respec-

NOTAS BREVES

O TORCIONÁRIO SEIXAS NUNCA TORTUROU!

Está a decorrer neste momento o julgamento de mais um «pide». Trata-se desta vez do inspector Henrique Seixas, conhecido há largos anos por ser «um torturador implacável, preverso, desumano com os presos da extinta PIDE/DGS» (do documento acusatório). Muitos são os combatentes antifascistas e revolucionários vítimas da sua torturas. Ora também Seixas nega as acusações que lhe são feitas: O «inocente» torcionário declara-se incapaz de fazer «mal a alguém» e afirma ainda que nunca na sua vida agrediu ninguém «nunca injurie. Nunca torturei».

Estranho... Para quem na «pide» tem uma folha de serviços de mais de 40 anos, para quem esteve como chefe dos guardas, prisionais no Tarrafal, para quem foi nomeado para chefe de brigada em 1945, foi promovido a subinspector «por distinção» em 1962, nomeado inspector em 1964 e por fim inspector adjunto em 1973.

Até quando estas provocações?

A PROVOCAÇÃO BOMBISTA

Rebentou no passado sábado dia 18, uma bomba no pátio da Polícia Judiciária em Lisboa. Tratou-se, mais concretamente, de um petardo de fraca potência. Mas, mais importante do que isso, é o facto da segurança e impunidade dos bombistas ser tal, que os leva a apontar como objectivo a própria estrutura que tem por missão o desmantelamento da rede bombista e a prisão dos terroristas.

A provocação bombista atingiu agora o próprio poder. Veremos na prática qual vai ser a sua resposta, visto que as promessas de acção firme e as ameaças que têm sido feitas por parte, quer do Presidente da República, do C.R., quer do próprio Governo, parece não terem dissuadido de modo algum os bombistas...

SAAQUE À CAPELA DE A-VER-O-MAR

Foi assaltada na manhã do passado domingo a Igreja de A-Ver-O-Mar. Um grupo de laicistas da hierarquia reaccionária da igreja apedrejou a capela e destruiu o seu recheio, queimando-o no adro, e agrediu à facada algumas das pessoas que assistiam à missa.

Trata-se de um conflito há longo tempo existente na paróquia que opõe os laicistas de D. Francisco Maria da Silva, arcebispo primaz de Braga, ao padre Angelo da Venda, por este acusado de comunista. O ataque teria sido planeado na véspera pelos reaccionários que contestam o padre Angelo e insere-se na tentativa de o afastar definitivamente da paróquia. Mas o concluído direitista não abrange unicamente a hierarquia da igreja e os reaccionários locais, a própria G.N.R., chamada a intervir, só chegou uma hora depois...



GOVERNO PS

Continuação da pág. 3

Mercê do avanço da consciência dos trabalhadores nestes dois anos de luta, esse agravamento das suas condições de vida não se faz sem resistência, e essa resistência, como não pode ser comprada, como em França ou na Alemanha, pois a burguesia não dispõe de meios financeiros e técnicos para o fazer, só pode ser vergada por meio de uma feroz repressão que assumirá necessariamente formas fascistas.

O BECO SEM SAÍDA

O desacordo entre várias forças capitalistas quanto a este Plano mostra que não é com as medidas nele preconizadas que Soares os cativa, e menos ainda quando essas medidas vêm no seguimento de outras que nem do ponto de vista capitalista são eficazes, como foi o caso da projectada conversão do 13.º mês em Títulos do Tesouro.

Esse projecto não foi recusado pelos partidos da oposição apenas por capricho eleitoral, como alega Soares, mas sim porque estes partidos não

quiseram colaborar num projecto que não lhes traria vantagens mas apenas impopularidade.

A ineficácia destas medidas torna-se clara se verificarmos que atingindo essa lei os salários superiores a 7000\$00, aconteceria que muitos dos que auferem esses salários dispõem de depósitos bancários donde levantariam o dinheiro suficiente para compensar a poupança forçada; deste modo o Governo só conseguiria forçar de facto à poupança aqueles que ganhando mais de 7000\$00 não dispõem desses meios para colmatar as despesas. Ou seja, o Governo retiraria o 13.º mês aos que têm absoluta necessidade dele, e não conseguiria contudo de modo significativo entesourar dinheiro.

Para finalizar, devemos ter presente que esta ineficácia não tem nada a ver com incompetência técnica, mas sim com o facto de nas actuais estruturas o capitalismo não sobreviver com as formas que o P.S. ainda preconiza, mas sim com aquelas que correspondem ao seu actual estado de desenvolvimento: a repressão fascista.

tiva demitia um dos administradores e o tal director-deputado. Numa sequência muito lógica (?) o deputado do PPD numa conferência de imprensa acusaria de ataque à liberdade de imprensa, o facto de o director em exercício ter sido demitido ilegalmente e de a actual edição do jornal ser uma edição «pirata» (onde é que nós já ouvimos tudo isto?).

O «REGO» DO PPD

Pois é, a história repete-se, mas desta vez não são os trabalhadores do «República» que estão em luta contra as forças da burguesia. Agora, tudo se passa entre essas mesmas forças, com as estratégias políticas que lhes estão adstrictas. E, se há algum tempo, era o PS que apoiado por toda a burguesia, caluniava os trabalhadores do «República», agora são eles próprios que são acusados com os mesmos argumentos pelo resto da direita. Evidentemente, que nada disto sucede por acaso, e, apesar do reforço da burguesia que o governo social-democrata tem levado a cabo no domínio da informação (como é exemplo a recente «indemnização» paga à Rádio Renascença, que o conselho da revolução destruiu a bomba quando esta estava ocupada pelos trabalhadores) o fascismo avança e leva à sua frente Soares e C.ia.

SOARES NO BRASIL PORTUGAL À VENDA

Durante a sua visita ao Brasil o 1.º ministro português pôde expandir ideias e intenções que não se atreve a expressar tão claramente em Portugal.

Por exemplo, Soares considerou uma das originalidades deste Governo «Socialista» «defender a propriedade privada e aceitar as regras do capitalismo concorrencial». A recepção ao princípio um pouco fria, devido às suspeitas por parte do Governo de Geisel de que poderia haver algum socialismo no partido e no Governo de Soares, acabou por aquecer à medida que este ilustre visitante se foi mostrando merecedor da confiança dos que o elogiaram pelo seu papel no combate ao comunismo em Portugal.

OS CONVITES

Este elogio foi feito essencialmente pelos portugueses da «Colónia Nova» (que saíram de Portugal depois do 25 de Abril); Soares retribuiu convidando-os todos a regressar pois o «país precisa deles».

Aliás toda a digressão de Mário Soares foi um nunca mais acabar de convites: convidou Geisel a visitar Portugal, os capitalistas brasileiros a virem investir, Marcelo e Tomás a regressar.

Contudo os componentes técnicos não vêm enquanto não existirem de novo os privilégios de que gozavam, Geisel só aceita vir depois de Eanes o visitar, e os investidores não encontram neste Governo condições suficientes para lhes garantir os lucros.

O PROBLEMA DOS RETORNADOS

Um dos objectivos da visita de Soares era sem dúvida o de exportar para o Brasil o problema dos retornados. Só que o Governo brasileiro disse um não categórico, excepção feita para aqueles que este governo considera com competência efectiva e em domínios onde não concorrem com técnicos brasileiros. E de nada serviu o choradinho de Soares de que a «descolonização só nos poderá aproximar ainda mais dos países como o Brasil, que é por essência antirracista e anti-colonialista»; e como se esta tirada não chegasse acrescenta a suadacção habitual entre países «civilizados»: «e que têm sempre procurado uma ordem internacional mais justa».

Soares tinha-se «esquecido» que a crise do capitalismo existe em todos os países capitalistas, e que o desemprego é no Brasil uma «catástrofe» tão grande e tão grave como em Portugal.

NEGOCIAÇÕES ECONÓMICAS

Mas as negociações não se ficaram por ali. Havia muitas coisas a tratar, como salientavam os visitantes e os visitados. E fizeram-se negociações económicas: enquanto Geisel promete a Soares um crédito de 500 milhões de dólares para que Portugal crie «bens industriais nacionais», e se propõe alugar parte da refinaria de Sines, assim como importar urânio para o avanço da indústria nuclear no Brasil; Soares promete que os capitalistas brasileiros serão compensados

nas suas acções no BPA, assim como nos Supermercados «Pão de Açúcar», neste último tendo-se mesmo falado na restituição aos antigos donos.

DA BOMBA... AO «CAN-CAN»

Para além das conversações entre os dois governos, a viagem de Soares foi fértil em encontros, banquetes e outras coisas mais. Desde o anónimo anúncio de uma bomba no avião onde ia o 1.º ministro que o obrigou a uma

paragem forçada nas Canárias e que muito assustou o pessoal do aeroporto, passando pelos banquetes em que não faltavam grandes figuras da vida política e cultural brasileira (como salientou o sr. dr. Mário Soares), acabando na agradável estreia das «folias brasileiras».

Assim os resultados da viagem são «francamente positivos» segundo todos os membros da comitiva.

OS ENCONTROS PARALELOS

Enfim os «dois países irmãos» reencontraram-se. E as desculpas por esta interrupção de dois anos lá ficaram....

Paralelamente à viagem de Soares, há que salientar a de Firmino Miguel que com um programa diferente do do 1.º ministro fez contactos após contactos com as altas figuras da hierarquia militar brasileira e que também eles tiveram «bons resultados». Mas desses pouco se conhece...



Os ilustres emigrantes convidados a regressar...

NATAL EM CRISE

As forças de direita costumam propagar pelos seus poderosos meios de propaganda que os comunistas são contra o festejo do Natal, que os revolucionários não gostam nem sequer da família, quanto mais de festas em família, etc., etc.

Do que os comunistas revolucionários não gostam é da família-célula económica da sociedade capitalista, é da «família» de que hipocritamente se fala, sem se explicar se se está a falar de pais, filhos, irmãos, primos, que passam o Natal acumulados numa barraca da Curruleira ou do Vale Escuro ou se se está a falar duma família da burguesia, instalada nas Avenidas ou num bairro residencial, presenteando-se com os produtos da sociedade de consumo.

Os comunistas revolucionários não aceitam esta hipocrisia, denunciam-na, desmascaram-na.

Também não aceitam que se fale no «Natal dos pobres», no Natal dos pobrezinhos. Não aceitam que se lamentem esses a quem chamam pobres. É preciso que aqueles a quem chamam «pobres» se transformem «trabalhadores em luta». É preciso que a burguesia deixe de lamentá-los para passar a temê-los.

Os comunistas revolucionários não aceitam a imagem da burguesia humanista que lamenta as «deploráveis condições dos pobres» e que «anseia por uma sociedade mais justa». Os comunistas revolucionários preferem a imagem da burguesia aflita fugindo à frente dos ocupantes de casas e de terras. Que a burguesia não se condoa, mas que lhe doa!

Este Natal vai ser mais um Natal em crise. A comida está cara, os preços sobem em flecha, os trabalhadores não têm acesso à carne, ao peixe. Os desempregados (meio milhão!) acumulam-se em cada família, criando situações de desespero, tornando mais pequeno o salário dos que trabalham. A vida vai má para os trabalhadores. Vai boa para os «quadros», para aqueles que Soares mandou vir do Brasil.

Não é este Natal que os revolucionários querem. A família portuguesa não existe (só o que nos faltava era sermos primos do Spínola!). Os sentimentos portugueses não existem. Existem os bombistas portugueses, a burguesia portuguesa, os trabalhadores portugueses. Nós ficamos com os trabalhadores. O resto que fique com o Imperialismo, que não tem pátria. O Internacionalismo também não!

O carácter religioso da Festa de Natal não é impeditivo para os revolucionários de o comemorarem. A religião faz parte da história do homem. Também as festas pagãs ainda hoje aparecem em costumes dos nossos dias, que quantas vezes podem ser renovados duma forma criadora. E actualmente já tantos são os cristãos que fizeram uma escolha revolucionária, que decerto a construção do futuro trará marcas das diferentes correntes ideológicas que para dele concorrem.

Os comunistas revolucionários aceitam o Natal, gostam de o passar com todos aqueles que estimam e gostam de festas.

Mas querem é acabar com esta festança da burguesia!

Querem que os «pobrezinhos» partam o presépio da hipocrisia e que assumam o seu papel de proletariado revolucionário!

Para que venham Natais diferentes.

e a actualidade nacional

AS VÁRIAS FACETAS DA TÁCTICA DA BURGUESIA

Na Região Militar do Norte do brigadeiro Pires Veloso — operação «Furcado»: aviões FIAT despejam bombas incendiárias em voo picado, blindados ligeiros protegendo infantaria fazem fogo real, comandos transportados em helicópteros são lançados na serra. Objectivo do exercício militar: destruição de um campo de treino de guerrilheiros de uma organização extrema.

Os pasquins fascistas anunciam uma rede bombista de extrema esquerda, a explosão no semanário «O País» é atribuída a uma organização que defende a Revolução socialista.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, pede um relatório sobre as Brigadas Revolucionárias.

Porque salientar estes acontecimentos, da semana que findou?

A TÁCTICA DA BURGUESIA

A burguesia como classe nada faz às cegas; tem objectivos claros e utiliza meios diversos para os atingir. O seu objectivo principal é manter-se como classe dominante que explora o proletariado que vive à custa do seu trabalho. Mas, segundo o momento que vive, para prosseguir esse seu fim de exploração, ela vai utilizando diferentes processos.

O proletariado como classe tem também um objectivo central: fazer a Revolução Socialista Amada, que porá fim à exploração tomando o Poder. Para atingir esse seu fim, utiliza também em cada momento histórico, diferentes meios à sua tática.

Compreender a tática da classe dominante para a combater eficazmente, passa pela compreensão das suas jogadas quotidianas, dos porquês dos seus actos.

Vejamos:

É claro para todos-nós que a burguesia face à situação de crise em que vivemos só tem uma saída: impôr uma exploração desenfreada que lhe permita recuperar, e isso passa pelo esmagamento das conquistas dos trabalhadores, das suas organizações, dos seus elementos mais combativos. Numa palavra: o golpe fascista.

A direita apostou ainda nestas últimas eleições. Os seus cálculos eleitorais saíram-lhe completamente furados. Os resultados foram escassos, o número de votos absolutos diminuiu em relação a Abril eo mesmo em certos feudos seus no Norte, houve um recuo notável. A legitimação de um golpe de Estado por via institucional, isto é, servindo-se de uma «legalidade» conferida por via eleitoral, falhou. Novas eleições só daqui a quatro anos. Resta-lhe um único caminho: um golpe militar nu e cru.

No entanto, pretende fazê-lo como é normal com o mínimo de resistência dos trabalhadores; pretende pois afastar antes do confronto tudo o que torne mais duvidosa a sua vitória. Expressando-nos melhor, a burguesia tem como objectivo a curto prazo, hoje, destruir todo o projecto orgânico/político que possa levar os trabalhadores a unirem-se, a organizarem-se e a resistir, esmagar toda a organização que

lhes aponte e os prepare para o confronto.

Trabalhadores iludidos com promessas, desorganizados, e desarmados serão uma presa fácil para o golpe fascista.

Se a burguesia prepara em força o seu golpe — a nível militar colocando em posições estratégicas de comando os seus quadros e afastando para longe os «duvidosos», libertando em julgamentos fantoches «pídes e legionários para a sua Polícia política, reforçando as forças para-militares, (P.S.P., G.N.R. etc).

— a nível político fazendo testes à força dos trabalhadores com ataques sucessivos à Reforma Agrária, boicotes aos C.C.T., e repressão à luta dos trabalhadores, minando a sua unidade com sindicatos paralelos (Carta Aberta), produzindo sucessivamente leis antio-perárias, etc., etc.

— a nível da Informação intoxicando sistematicamente a opinião pública, criando um clima de instabilidade, conjugado com as suas operações bombistas e terroristas, etc., etc.

Se, dizíamos, globalmente, eles preparam de facto esse golpe, outros fenómenos mostram também que antes de o executar, pretendem limpar do campo político as organizações capazes realmente de resistirem e organizarem os trabalhadores para o confronto. Essa acção tem-se vindo a desenrolar em várias fases, utilizando forças de diferentes quadrantes políticos, e aponta centralmente como objectivo o nosso Partido.

DA TENTATIVA DE DESTRUIÇÃO DO P. R. P. E DAS FORMAS MAIS AVANÇADAS DE ORGANIZAÇÃO DO PROLETARIADO

A primeira fase deste ataque é coincidente no tempo com a operação «Tufão» no Alentejo, contra a Reforma Agrária. Como afirmámos em comunicado de Dezembro, verificou-se a «sabotagem anti-P. R. P. desenvolvida internamente com ligações detectadas

ao exterior»; surge uma campanha de boatos a nível militar que anunciavam a legalização e o ataque eminente ao nosso Partido. Tudo isto visava paralisar o trabalho revolucionário — internamente com a sabotagem das «duas frentes que mais preocupam o inimigo, os meios de expressão ideológica revolucionária e tudo quanto possa ser supostamente encarado com ligações a questões de violência revolucionária» — extremamente com pressões que nos fizessem encolher e recuar.

Ultrapassada que foi a questão, uma segunda fase na continuação da primeira, mas adaptando-se ao falhanço da anterior, surge. Ela coincide no tempo com a prisão de Otefo e a manifestação feita em Caxias, e desenvolve-se em várias frentes: uma é o ataque de tipo policial e jurídico, feita pelo Poder a militantes do Partido; outra é a campanha de intoxicação por parte das forças reformistas do P. C. P. e da U. D. P. / P. C. P. (r), acusando-nos em uníssono de aventureirismo e atribuindo-nos pretensões perfeitamente disparatadas em relação a essa manifestação. A partir dessa data, vão-se processar no MUP todo um conjunto de manobras provocatórias que visavam o nosso isolamento e culminam com o Congresso dos G. D. U. P.

A imprensa burguesa fala então em centenas de G3 apreendidas, redes de rádio, helicópteros, ligando a militantes do P. R. P., e tudo isso fica vago até ao desmentido que conhecemos da P.J.M. Na semana anterior às eleições, surgem da banda do P. C. P. comunicados sucessivos em que se fala de terrorismo de direita e de esquerda, de aventureirismo esquerdista que faz o jogo da reacção, isto ligado ao surto bombista de então.

Mas porquê os reformistas sempre na brecha desta campanha anti-P. R. P.? A resposta passava pela análise do reformismo como ideologia da burguesia no seio do movimento operário e das próprias correntes reformistas no nosso País.

Porém e para abreviar, diríamos

que face à situação de confronto próximo, entre as duas classes, o reformismo sabe que não poderá controlar os trabalhadores e utiliza-los como moeda de troca como fez no 25 de Novembro. Por isso, prefere ajudar também a liquidar o movimento revolucionário antes do confronto oferecendo a sua cabeça numa bandeja à burguesia, sempre na esperança de com este comportamento salvar a pele. Usao que pagará cara!

Camaradas:

As operações da Região Militar do Norte, a campanha anti-P. R. P. dos pasquins fascistas, o inquérito do general Ramalho Eanes têm que se compreender neste todo. Eles são o limiar numa terceira fase que visa isolar-nos dos trabalhadores e liquidar o P. R. P. e as formas mais avançadas de organização do proletariado.

ATÉ À VITÓRIA SEMPRE

O P. R. P. já viveu na clandestinidade e encontrou formas de luta contra o inimigo que abandonou quando o 25 de Abril permitiu a sua legalização. Então, «em condições bem mais favoráveis ao inimigo, o aparelho fascista de antes do 25 de Abril, foi incapaz de nos destruir»; por outro lado «o avanço do inimigo para uma repressão que se aproxima de formas fascistas, aproximar-nos-á também das anteriores formas de luta. A clandestinidade tem duas faces, tanto para nós como para o inimigo — perde-se a possibilidade de actuação legal, ganha-se a possibilidade de intervenção e defesa».

Nós compreendemos que o inimigo de classe lança um movimento de tenaz com dois ramos (o Poder e o reformismo) para nos esmagar. Nós seremos capazes de transformá-lo em vitória preparando os trabalhadores para o confronto, na prática, no quotidiano da luta de classe que se agudiza.

A classe passará da defensiva à ofensiva, os trabalhadores tomarão o poder.



O Presidente da República, general Ramalho Eanes, pede um relatório sobre as Brigadas Revolucionárias

ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES

DESTACÁVEL
ELEIÇÕES

O estudo presente é feito com base nos resultados oficiais obtidos nas eleições referentes às CÂMARAS MUNICIPAIS. Muito embora estes resultados não andem muito longe dos obtidos nas restantes votações, eles favorecem os partidos de direita em relação, por exemplo, às ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS. Isto apenas vem, contudo, reforçar as conclusões a que chegamos.

É importante ter em linha de conta que os números percentuais que aparecem nas duas últimas colunas verticais de cada quadro, são as percentagens reais obtidas por cada partido em função do número de eleitores inscritos. Daí que tais percentagens sejam significativamente inferiores aos valores

que a imprensa burguesa tem divulgado e que são uma burla, já que são estabelecidos apenas em função dos votantes. Para se ter uma ideia desta burla, basta considerar a hipótese de num distrito com 50.000 eleitores apenas um partido ter recolhido 100 votos em 100 votantes. Os números oficiais diriam que esse partido tinha recolhido 100 por cento dos votos (!!!), enquanto na nossa tabela ele apareceria com 0,2 por cento. É assim que o PS, por exemplo, constituiu um governo que apenas recolhe 21,45 por cento dos votos possíveis (menos de 1/4 dos eleitores!!!) e não, como rezamos números oficiais, 33,24 por cento.

GRUPO 1
BRAGANÇA GUARDA VILA REAL VISEU

Os distritos que compõem este grupo constituem 13,58 por cento do eleitorado. Trata-se do grupo de distritos menos proletarizados, aqueles onde a reacção encontra maiores facilidades de penetração. Apesar disso, o que é importante verificar, **todas** as organizações perdem votos em números substanciais, à excepção da FEPU.

O facto do CDS não concorrer em 2 dos 12 concelhos de Bragança, do PPD/PSD não concorrer em nenhum desses 12 concelhos, do PS não concorrer em 2 dos 14 concelhos da Guarda, do PPD/PSD não concorrer em 2 destes mesmos concelhos, do PS não concorrer em 1 dos 14 concelhos de Vila Real, do CDS não concorrer em 1 dos 24 concelhos de Viseu, do PS não concorrer em 2 desses mesmos concelhos e do PPD/PSD não concorrer em dois dos mesmos concelhos, não altera substancialmente os resultados, tanto mais que tais ausências conduzem a uma deslocação de votos e recíproca.

Perante as perdas substanciais do PS, PPD/PSD e CDS, não deixam de ter relevo e de serem significativos os ganhos da FEPU ainda que magros em números absolutos. Se verificarmos, por outro lado, que as abstenções atingem fortemente os três partidos de direita (PS, PPD/PSD e CDS), é nítida a perda de base social de apoio da direita nos distritos onde tem dominado. Frize-se, no entanto, o facto da FEPU ser incapaz de albergar naturalmente esta deslocação do eleitorado para a esquerda, o que, aliás, vai ser característica constante.

Note-se, que em números absolutos as abstenções ultrapassam francamente a soma dos votos dos dois partidos mais votados (PPD/PSD e CDS), que a FEPU apenas perde votos no distrito da Guarda (cerca de 1.000) e registou os maiores ganhos em Viseu (cerca de 3.000). Os restantes partidos (PS, PPD/PSD e CDS) perdem em **todos** os distritos.

GRUPO 1 <small>(BRAGANÇA, GUARDA, VILA REAL, VISEU)</small>	INSCRITOS		VOTANTES		ABSTENÇÕES	
	A. LEGISLATIVA	878.067 (43,54%)	694.364 (79,03%)	183.703 (20,92%)		
AUTARQUIAS		877.6%	530.886 (60,48%)	346.808 (39,52%)		
		Números Absolutos		Percentagens		
	LÉGISLATIVAS	AUTARQUIAS	GANHOS ou PERDAS	Legislativas	Autarquias	
CDS	188.095	146.646	- 41.449 (22,03%)	21,42	16,70	
FEPU <small>(PEU + PCP)</small>	29.617	32.372	+ 2.755 (9,30%)	3,37	3,68	
PS	169.479	129.970	- 39.509 (23,31%)	19,30	14,80	
PPD/PSD	226.162	181.990	- 44.172 (20,52%)	25,15	20,73	
<small>Núcleos e Brancos e Multigrupos</small>	230.030	380.646	+ 50.616 (22,00%)	26,19	43,36	

GRUPO 2
AVEIRO BRAGA CASTELO BRANCO
COIMBRA LEIRIA

Neste grupo de distritos estão compreendidos 23,57 por cento do eleitorado nacional. Constituem este grupo a segunda linha de distritos menos proletarizados, nos quais a reacção, à parte algumas pequenas ilhas, domina na cena política, mas onde se vem sentindo mais claramente, em termos de luta de classe, uma certa recuperação da esquerda.

Apenas não concorrem: o CDS em 2 dos 11 concelhos de Castelo Branco e em 2 dos 16 concelhos de Leiria; o PS em 1 dos 11 de Castelo Branco e em 1 dos 17 concelhos de Coimbra. Ausências portanto, que não vêm alterar, dado o quantitativo de perdas desses partidos, o sentido dos números reais obtidos.

Dos partidos considerados, apenas a FEPU atinge um salto positivo. O PS, PPD/PSD e CDS perdem em todos os distritos. Entretanto, saliente-se que a FEPU perde em Coimbra (cerca de 2.000 votos) e em Castelo Bran-

co (cerca de 1.500 votos), não tendo registado alteração sensível em Leiria. Logo, os ganhos vêm de Aveiro, (cerca de 3.000) e Braga (cerca de 8.000), dois distritos que se situam em plena retaguarda do fascismo e ultimamente palco de algumas lutas, nomeadamente a dos têmeis, sobretudo no que toca a Braga onde os ganhos são os mais avultados. Note-se que a soma das abstenções, votos brancos e votos nulos ronda a soma dos votos angariados pelos dois partidos mais votados (PPD/PSD e PS). Em termos eleitorais, o PS perde a liderança neste grupo em favor do PPD/PSD, o que, sendo resultado, não dos ganhos (que não existiram) do último, mas das abstenções, denuncia uma forte deslocação do eleitorado do PS para a esquerda. Aqui, a FEPU não consegue camuflar, mau grado os ganhos registados, o facto de não aparecer como alternativa capaz de capitalizar em seu proveito essa deslocação.

GRUPO 2 <small>(AVEIRO, LEIRIA, BRAGA, CASTELO BRANCO, COIMBRA)</small>	INSCRITOS		VOTANTES		ABSTENÇÕES	
	A. LEGISLATIVA	1.529.180 (23,57%)	1.266.933 (82,85%)	262.247 (17,15%)		
AUTARQUIAS		1.523.321 (23,31%)	984.151 (64,60%)	539.170 (35,40%)		
		Números Absolutos		Percentagens		
	LÉGISLATIVAS	AUTARQUIAS	GANHOS ou PERDAS	Legislativas	Autarquias	
CDS	259.493	214.151	- 45.342 (17,47%)	16,96	14,05	
FEPU <small>(PEU + PCP)</small>	78.589	86.975	+ 8.386 (10,67%)	5,13	5,70	
PS	427.640	302.684	- 124.956 (29,21%)	27,96	19,87	
PPD/PSD	375.994	308.325	- 67.669 (18,00%)	24,91	20,24	
<small>Núcleos e Brancos e Multigrupos</small>	335.232	594.439	+ 256.207 (76,42%)	21,92	38,82	

ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES

GRUPO 3

Não o sendo em rigor, os distritos aqui agrupados (6,04 por cento do eleitorado nacional), constituem aproximadamente a zona da Reforma Agrária.

Os resultados obtidos pelo PPD/PSD e pelo CDS são obviamente prejudicados pelo facto de não concorrerem em número significativo de concelhos: o PPD/PSD não concorreu em 11 dos 14 concelhos de Beja, em 9 dos 14 concelhos de Évora e em 8 dos 15 de Portalegre. O CDS não concorreu em igual número de concelhos nos distritos de Beja e Évora, e apenas apareceu em 4 dos 15 concelhos de Portalegre. Evidentemente que, antes de se atentar nos números, há que procurar encontrar explicação para tanta ausência no Alentejo.

Se é verdade que, em muitos casos, o não aparecimento de listas do CDS e do PPD/PSD é reflexo da rejeição generalizada destes partidos fascistas, é óbvio que tal não explica tudo. Em muitos casos é, pois, manifesta a abdicação destes dois partidos em favor do PS. O importante para a reacção não era que o CDS e PPD/PSD ganhassem (o que seria ridículo), mas que o PS (leia-se Barreto) perdesse o mínimo possível. Enquanto não conseguirem condições para instaurar o fascismo em Portugal,

a reacção nacional e internacional só poderá atacar a Reforma Agrária através do PS. A aposta da CAP na saída de Lopes Cardoso e no apoio ao Barreto não é iniciativa isolada, faz parte de uma estratégia global das forças fascistas que as eleições acabam de comprovar.

A deslocação de votos consequência desta retirada tática dos partidos fascistas explica, pois, as pequenas perdas do PS no conjunto dos três distritos e os ganhos (cerca de 2.000 votos) recolhidos por este partido no distrito de Beja, o tal onde PPD/PSD e CDS apenas concorreram em 3 dos 14 concelhos! Como se explica que o PPD/PSD, aproveitando-se da não concorrência do CDS em 4 concelhos, tenha perdido apenas cerca de 600 votos no distrito de Portalegre.

Saliente-se que a FEPU, que continua com maior número de votos em Beja e Évora, regista perdas sensíveis nos três distritos, tendo sido, ao contrário das zonas do campesinato, o partido mais atingido pelas abstenções. Isto significa que, tendo todos os partidos perdido, votos, as abstenções reflectem o anti-eleitoralismo de uma boa parte do proletariado alentejano, o qual se recusa a caucionar o reformismo da FEPU.

BEJA ÉVORA PORTALEGRE

GRUPO 3	INSCRITOS		VOTANTES		ABSTENÇÕES	
A. LEGISLATIVA	391.133 (6,03%)		338.102 (86,44%)		53.031 (13,56%)	
AUTARQUIAS	390.818 (6,04%)		273.879 (70,07%)		116.939 (29,92%)	
	Números Absolutos		Porcentagens			
	LEGISLATIVAS	AUTARQUIAS	GANHOS ou PERDAS	Legislativas	Autarquias	
CDS	28.090	17.244	- 10.846 (38,61%)	7,18	4,41	
FEPU (F.P.P.)	130.531	112.133	- 18.398 (14,09%)	33,37	28,69	
PS	113.429	105.943	- 7.486 (6,59%)	29,00	27,10	
PPD/PSD	30.754	18.170	- 12.584 (40,91%)	7,86	4,64	
Unidos + Barrancos + Alentejano	68.406	131.540	+ 63.134 (92,21%)	17,48	33,65	

GRUPO 4

FARO SANTARÉM

Constituem este grupo os dois distritos mais heterogéneos do ponto de vista sócio-económico, dividindo-se cada um deles em duas zonas claramente distintas e demarcadas. Faro e Santarém reúnem apenas 8,73 por cento do eleitorado nacional.

Neste grupo o CDS não concorreu em 10 dos 16 concelhos de Faro e em 8 dos 21 de Santarém. O PPD/PSD não concorreu em 4 dos 21 de Santarém e a FEPU em 2 dos mesmos 21.

Também neste grupo a deslocação de votos foi clara. Em Faro, o PPD/PSD perde apenas cerca de 1.000 votos na medida em que recolhe votantes do CDS. Em Santarém, nomeadamente nas zonas da Reforma

Agrária, volta a repetir-se o que aconteceu no Alentejo, tendo o PS angariado votos que normalmente teriam sido recolhidos pelo PPD/PSD e pelo CDS. Apesar disso, o PS, vê escapar-se-lhe, no conjunto dos dois distritos número importante de votos, numa clara demonstração de perda de base social de apoio. Anote-se o facto das abstenções rondarem, no conjunto dos dois distritos, a soma de votos dos dois partidos mais votados (PS e PPD/PSD), e ainda as perdas registadas por todos os partidos.

Realça-se finalmente o número elevado de retornados radicados no Alentejo, o que beneficia os partidos de direita no distrito.

GRUPO 4	INSCRITOS		VOTANTES		ABSTENÇÕES	
A. LEGISLATIVA	568.928 (8,73%)		463.793 (81,52%)		105.135 (18,48%)	
AUTARQUIAS	564.294 (8,73%)		346.705 (61,44%)		217.589 (38,56%)	
	Números Absolutos		Porcentagens			
	LEGISLATIVAS	AUTARQUIAS	GANHOS ou PERDAS	Legislativas	Autarquias	
CDS	50.477	26.547	- 23.930 (47,40%)	8,87	4,70	
FEPU (F.P.P.)	78.364	68.564	- 9.800 (12,50%)	13,77	12,15	
PS	189.817	139.342	- 50.475 (26,59%)	33,36	24,69	
PPD/PSD	90.066	80.729	- 9.337 (10,36%)	15,83	14,30	
Unidos + Barrancos + Alentejano	132.116	235.643	+ 103.527 (78,34%)	23,22	41,75	

GRUPO 5

Lisboa, Porto e Setúbal totalizam 43,29 por cento do eleitorado. É o mais importante dos grupos aqui referenciado, não só pelo número de eleitores, mas, e sobretudo, por serem os grandes centros industriais onde se concentra o poder económico, político e militar da burguesia e, em

consequência, a maioria do exército proletário.

Se no Porto todos os partidos concorrem em todos os concelhos, em Lisboa apenas o CDS não concorreu em 3 dos 14 concelhos. Foi em Setúbal que se registou maior número de ausências (PPD/PSD não concorreu em

LISBOA

6 dos 13 concelhos e o CDS em 4 dos mesmos 13). Por consequência, se a deslocação de votos não afectou os resultados de Lisboa e Porto, já em Setúbal, tal como em Santarém, a ausência dos partidos fascistas (PPD/PSD e CDS) nas zonas da Reforma Agrária veio reverter a favor do

PS.

No cômputo, o CDS é o menos afectado dos partidos (todos perderam votos), logo seguido da FEPU. PPD/PSD e PS registam avultadas perdas. O grande aumento de abstenções em relação às legislativas (mais do dobro), reflecte o desinteresse das clas-

ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES EL

PORTO SETÚBAL

GRUPO 5 - LISBOA, PORTO, SETÚBAL	INSCRITOS		VOTANTES		ABSTENÇÕES	
	A LEGISLATIVA	2.807.870 (43,42%)	2.390.861 (85,14%)	417.009 (17,61%)		
AUTARQUIAS		2.797.197 (43,29%)	1.874.963 (67,03%)	922.234 (49,19%)		
	Números Absolutos			Porcentagens		
	LEGISLATIVAS	AUTARQUIAS	GANHOS ou PERDAS	Legislativas	Autarquias	
CDS	303.788	268.768	-35.020 (11,52%)	10,81	9,60	
FEPU (F.P., P.C.P.)	506.923	434.941	-71.982 (14,39%)	18,05	15,54	
PS	913.416	669.548	-243.868 (26,69%)	32,53	23,93	
PPD/PSD	449.557	335.488	-114.069 (25,37%)	16,01	11,99	
Nulos + Branco + Múltiplos	506.769	980.643	+473.874 (93,50%)	18,04	35,05	

Tem a imagem de Pires Veloso resiste à degradação da receptividade das forças fascistas, nem o proletariado do Porto foi capaz de recusar a ida às urnas com a mesma convicção com que o fez o de Setúbal e Lisboa. É de crer, entretanto, que os ganhos da FEPU no Porto resultem sobretudo da recuperação de uma pequena parte das perdas do PS (cerca de 100.000 votos). Os 150.000 votos que o PS e PPD/PSD viram escapar-se-lhes no Porto reflectem, indubitavelmente, a perda, por parte dos partidos da direita, da sua influência junto das classes trabalhadoras.

ses trabalhadoras mais politizadas pelas eleições. Os números alcançados pelo PPD/PSD e pelo PS demonstram uma clara viragem à esquerda da pequena burguesia urbana. Ao mesmo tempo, as perdas registadas pela FEPU demonstram claramente que aqui, tal como nas zonas da Reforma Agrária, é significativamente crescente o número de proletários que reconhecem a inviabilidade das vias eleitorais e reformistas.

Registe-se, entretanto, os ganhos (cerca de 5.500 votos) da FEPU no Porto, distrito onde o CDS perde cerca de 6.500 votos. Daqui se infere que

GRUPO 6

ILHAS

GRUPO 6 - HORTA, BELGADA, LAGUEIRA, FUNCHAL	INSCRITOS		VOTANTES		ABSTENÇÕES	
	A LEGISLATIVA	306.174 (4,22%)	242.059 (78,05%)	64.115 (20,94%)		
AUTARQUIAS		303.116 (4,69%)	159.910 (52,75%)	143.206 (43,24%)		
	Números Absolutos			Porcentagens		
	LEGISLATIVAS	AUTARQUIAS	GANHOS ou PERDAS	Legislativas	Autarquias	
CDS	28.840	19.513	-9.327 (22,24%)	9,41	6,43	
FEPU (F.P., P.C.P.)	3.550	2.601	-949 (26,73%)	1,15	0,85	
PS	71.399	38.875	-32.524 (45,55%)	23,31	12,82	
PPD/PSD	123.879	87.649	-36.230 (29,24%)	40,46	28,91	
Nulos + Branco + Múltiplos	70.917	148.969	+78.052 (110,05%)	23,16	49,14	

ser nota discordante do cômputo dos 4 distritos e ainda porque, neste distrito, FEPU e CDS não recolheram por não concorrerem em vários concelhos, todos os votos possíveis.

Registe-se o desinteresse manifestado pela população das ilhas nas eleições, o que explica o quase 50 por cento de votos não declarados (brancos mais nulos mais abstenções). Importa ainda salientar que tanto o PS como PPD/PSD, que têm disputado entre si os louros que das ilhas se poderão retirar eleitoralmente, registaram acentuadas perdas.

Os 303.116 eleitores das ilhas constituem 4,69 por cento do eleitorado nacional.

As ausências vitimam neste caso a FEPU que não aparece em 3 dos 5 concelhos de Angra do Heroísmo, em 3 dos 7 de Ponta Delgada, 4 dos 7 da Horta e em 5 dos 11 do Funchal. O CDS não concorreu em 2 dos 5 de Angra e em 3 dos 7 da Horta. O PS não concorreu em 1 dos 5 de Angra.

Note-se que no distrito da Horta a FEPU ganha 80 magros votos e o CDS 300, o que merece referência por

GRUPO 7

GDUP

QUADRO 7 - GDUP's

CONCELHOS	Números Absolutos			Porcentagens	
	LEGISLATIVAS	AUTARQUIAS	GANHOS ou PERDAS	Legislativas	Autarquias
LISBOA	19.344	21.816	+2.472 (12,77%)	2,87	3,25
SETÚBAL	1.540	4.487	+2.947 (191,36%)	2,40	7,01
ÉVORA	1.230	984	-246 (20,00%)	3,30	2,66
BEJA	1.310	1.031	-279 (21,29%)	4,71	3,74

LO, mau grado o uso intensivo do seu nome e da sua imagem.

Este talvez um dos mais importantes aspectos das votações havidas nestas eleições, já que, a par da margem dos resultados obtidos pelos partidos burgueses, fica assim demonstrado a possibilidade de pôr de pé um MUP revolucionário que não tenha nada a ver com aproveitamentos oportunistas do justo prestígio de Otelo, mas com o seu contributo real e de acordo com as bases programáticas por ele apresentadas aquando da sua candidatura para a Presidência da República.

O número de concelhos e freguesias a que os GDUP não concorreram, dificulta imensamente um estudo pormenorizado dos resultados obtidos.

Não nos importa, entretanto, entrar nas minúcias duma votação irrelevante. Os resultados apresentados no quadro, e em que se comparam os resultados agora obtidos nos concelhos de Lisboa, Setúbal, Évora e Beja, com a soma dos votos obtidos pelo MES e pela UDP nos mesmos concelhos, nas eleições para a Assembleia Legislativa, são suficientes para se demonstrar que o eleitorado de modo nenhum confundiu os GDUP com OTE-

ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES ELEIÇÕES

TOTAIS NACIONAIS

GRÁFICO

DA EVOLUÇÃO DOS VOTOS

A primeira nota mais saliente que o quadro dos resultados globais nos oferece é, sem dúvida, o número de abstenções. Através da abstenção, do voto branco ou ainda do voto nulo, disseram não às eleições cerca de dois milhões e meio de eleitores. O que quer dizer que, mesmo em termos eleitorais, a representatividade dos eleitos (deputados inclusivâ), se demonstra ser falsa. Além disso o número de abstenções nestas eleições locais reflecte claramente que se enraíza nas classes trabalhadoras o sentimento de que o que está em jogo não é a Câmara Municipal ou a Assembleia de freguesia, mas Belém e S. Bento.

Das quatro organizações partidárias consideradas, é a FEPU (PCP) a que regista menor índice de perdas. O PPD/PSD com 284 mil votos a menos e o PS com meio milhão de votos a menos, são os maiores perdedores, num claro indicio do seu descrédito junto da pequena burguesia, a qual não encontra na política direitista desses partidos os resultados esperados e prometidos desde o Verão de 75, e particularmente desde o 25 de Novembro.

Com o acentuar da crise económica e social, é claro que a burguesia, ao mesmo tempo que se radicalizam as suas posições políticas (a caminho do fascismo), isola-se ao nível de massas, não conseguindo o PPD/PSD e, sobretudo, o CDS chegar aos resultados por eles esperados.

Os 950 mil votos que o PS, PPD/PSD e CDS perdem são o testemunho da rejeição do fascismo a nível de massas, já que correspondem a outros tantos eleitores que saltaram para a rua mobilizados pelo PS no Verão de 75 dando cobertura às forças fascistas desde a CAP ao ELP.

O significado é tanto maior, tal qual se pode ver nos Grupos 1 e 2, quanto as perdas destes partidos não são exclusivas das zonas politicamente mais avançadas, mas também do Centro e do Norte. Aliás, em termos de Centro e Norte, são consideráveis os votos no «socialismo» ainda capitalizados pela direcção reacçãoária do PS.

Mas se as classes trabalhadoras se deslocam para a esquerda, o prole-

ariado em particular segue a tendência geral. As votações dos grupos 3 e 5 demonstram-no claramente, já que ao contrário do que aconteceu nos grupos 1 e 2, a FEPU perdeu aqui número significativo de votos. E não tendo outras formações políticas que fossem alternativa real, marcou essa deslocação à esquerda pela abstenção.

Os resultados apurados, e que se saldaram por uma derrota da direita jogarão inevitavelmente a sua influência no curso dos acontecimentos. Assim, e dando-se conta de que não consegue alargar (antes pelo contrário) a sua base social de apoio, as forças fascistas jogarão, mais do que nunca, num golpe de força, acelerando os preparativos a nível militar.

Por outro lado, transparece destes mesmos resultados, a urgência da criação duma alternativa orgânica revolucionária — um forte partido Revolucionário de massas — capaz de unir e organizar os revolucionários para rapidamente poder enquadrar largas massas trabalhadoras que recusando o fascismo, estão abandonadas ao espontaneísmo e espalhadas na sua desorganização.

Três grandes conclusões, portanto a tirar:

1 — Perda de base social de apoio do fascismo por deslocação para a esquerda da pequena burguesia.

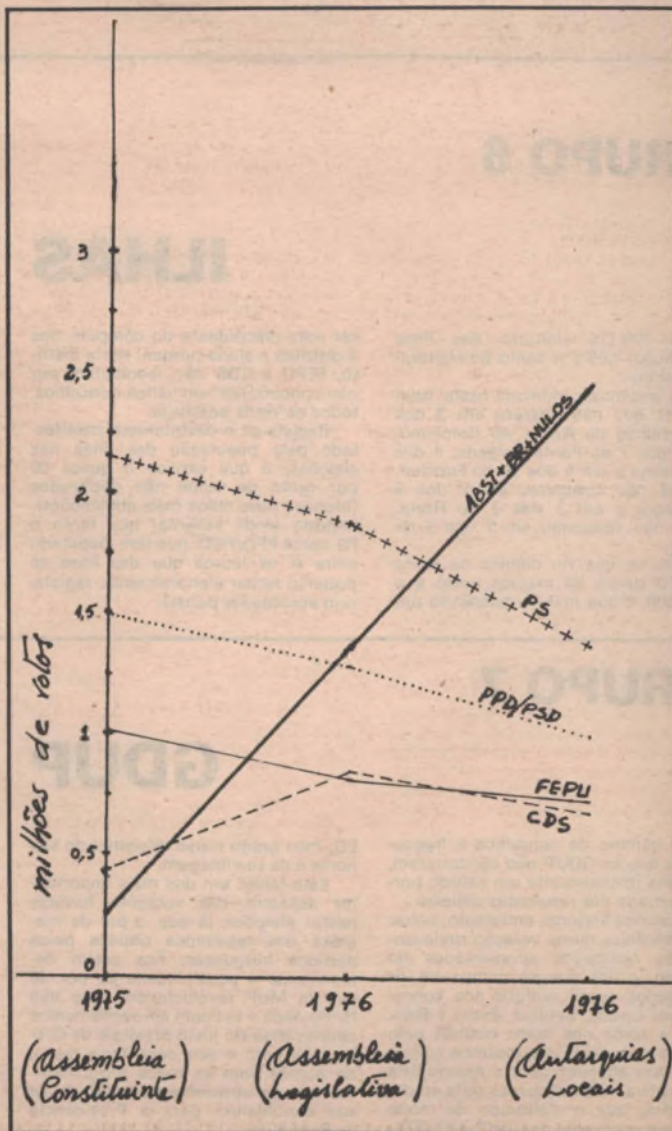
2 — A cobertura do PS, as forças fascistas ver-se-ão obrigadas a acelerar ao máximo o seu trabalho de preparação do golpe fascista.

3 — Para uma parte crescente do proletariado o PC não é alternativa, ao mesmo tempo que a pequena burguesia continua a rejeitar o mesmo PC., logo, e em aberto, a possibilidade e a necessidade urgente duma alternativa orgânica capaz de unir e organizar esses trabalhadores.

Como ponto de referência que não deixará de se repercutir na tática das diversas forças, o facto da reacção perder o apoio na sua retaguarda (Norte e Centro), ao mesmo tempo que ataca no Sul (Reforma Agrária). O campesinato do Centro e do Norte, mau grado o caciquismo que sempre impera em eleições, sobretudo deste tipo, começa a afastar-se das forças reacçãoárias.

TOTAIS NACIONAIS	INSCRITOS	VOTANTES	ABSTENÇÕES
A. LEGISLATIVA	6.481.352	5.396.112 (83,32%)	1.085.240 (16,72%)
AUTARQUIAS	6.460.528	4.170.494 (64,56%)	2.290.034 (35,44%)

	Números Absolutos		GANHOS ou PERDAS	Porcentagens	
	LEGISLATIVAS	AUTARQUIAS		Legislativas	Autarquias
CDS	858.783	692.869	-165.914 (49,31%)	13,25	10,72
FEPU (P.P.C.P.)	827.574	737.586	-89.988 (40,87%)	12,76	11,41
PS	1.885.180	1.386.362	-498.818 (26,45%)	29,11	21,45
PPD/PSD	1.296.432	1.012.351	-284.081 (21,91%)	20,00	15,66
Nulos e Brancos e Votos Nulos	1.343.420	2.472.868	+1.129.448 (84,02%)	20,58	38,27



Entrevista com José Amaro

• Autor do livro "Massacres em Moçambique"



O jornal «Revolução», atento às actividades do poder militar, entrevistou José Amaro, jornalista de profissão, autor do livro «Massacres em Moçambique», alvo de um processo por parte da Polícia Judiciária e Militar.

O PROCESSO

José Amaro — O livro saiu em Abril de 76.

Passados 3 ou 4 meses recebemos, eu o editor, convocatórias para nos dirigirmos à Polícia Judiciária Civil, e lá subemos em interrogatórios separados, embora não claramente, que nos tinha sido movido um processo por causa da publicação «Massacres na Guerra Colonial», sobre o argumento de que a publicação do livro violava o Artigo 66 da Lei da Imprensa, nas suas alíneas d) e e), que poibe as referências a organizações militares cuja divulgação não haja sido autorizada pelo Estado-Maior-General das F.A., nomeadamente as que constituem violação de segredos militares essenciais à Defesa Nacional. Disse-ram-nos também na P.J. Civil que o livro violava a alínea e) do mesmo Artigo 66 que diz «referências que possam pôr em risco directo ou indirectamente a disciplina e coesão das F.A. e o cumprimento dos deveres militares.»

A P.J. Civil quis saber também onde é que eu tinha ido buscar os documentos. Eu invoquei a mesma Lei de Imprensa que me garante o sigilo profissional para não responder. Além disso há o Código Deontológico dos Jornalistas, respeitante à cobertura das fontes de informação.

Mais, eles queriam saber qual tinha sido a minha intenção ao publicar o livro. Eu disse que tinha exercido um direito que era o de obter informação e um dever que era o de fornecer informação. Não tem grandes complicações: a intenção é tão elementar como isto.

Além disso, do ponto estritamente político considerava que o livro poderia ser uma contribuição para a comprovação da denúncia em 1973 dos crimes cometidos em três povoações,

no distrito de Tete, e chamadas de Wiriamu, Chauala e Jubal. Lá foram cometidos entre o 16 e 19 de Dezembro de 1972 uma série de crimes pelas tropas portuguesas nomeadamente os comandos, «páras», grupos especiais de ataque, por grupos de pistoleiros, por elementos da Pide/DGS, os mais hediondos crimes de toda a guerra colonial, incluindo o massacre de 400 a 500 negros, pelo menos daqueles que até hoje se tem conhecimento. Esses crimes foram cerca de 6 meses depois divulgados pelo «Times» de Londres, suponho que em 10 de Junho de 1973, a partir de um relatório somário obtido em Madrid por um padre católico inglês, Hastings, a partir de declarações dos padres de Burgos. Aliás, um dos relatórios já tinha sido divulgado antes numa agência italiana, mas sem repercussão na opinião pública.

«JULGA-SE OU NÃO O REGIME FASCISTA?»

REVOLUÇÃO — Qual a importância deste livro?

J.A. — A meu ver, o livro vem documentar que as autoridades portuguesas civis e eclesiásticas sabiam dos massacres, incluindo o n.º de mortes; um dos documentos cita explicitamente entre 300 a 400 mortos. E o que é mais importante tentavam escamoteá-los. E revela a mentira e a hipocrisia do Governo Português.

Agora, em cima de um livro cujo significado político é este, o actual poder político militar faz um processo.

Isto levanta o seguinte problema: qual a posição do BMG das FA e portanto das FA e portanto do poder político militar e portanto do poder no seu conjunto, em relação aos crimes que foram cometidos em Tete durante a guerra colonial. É só esta a questão.

Se responder deixando avançar o processo, define-se realmente como cobertor das práticas colonialistas. Se não deixar avançar o processo, a situação é diferente. Aliás, nesta altura, já se torna necessário que diga publicamente qual é a sua posição em relação ao que já decorreu do processo até aqui, porque eu já respondi uma vez na P.J.C. e duas vezes na P.J.M., ou seja, prestei declarações uma vez e respondi ao juiz de instrução noutra vez. E o processo não está parado. Eu sou obrigado a arranjar advogado. Aliás há dois processos em curso, um em que sou declarante e em que os arguidos não se sabe quem são, em princípio são as pessoas que desviaram os documentos, o outro em que sou o arguido, por ter violado a tal Lei de Imprensa publicada no livro.

Portanto o processo está a andar, já passou pela P.J.C., pela P.J.M., já entrou no juiz de instrução da Judiciária Militar, por isso torna-se necessário que o EME da FA publicamente diga o que é que se passou quanto a isto, porque eles obviamente tiveram conhecimento do processo, se é que quer tomar uma posição clara e definida quanto aos crimes do Exército colonial.

O que em última instância este processo revela é o medo de tudo o que ponha em cheque a hierarquização e a moral e no fundo uma certa legitimidade militarista das Forças Armadas no seu conjunto. Mesmo depois do 25 de Abril, o Exército português aparece-nos com uma coisa intocável, em que não se pode mexer. É só à lei desta posição, no final de classe, que se entende que o actual Exército tenha medo de um livro que afinal apenas denuncia comportamento dum exército que de certo modo lhe é indiferente e anterior. «Nós somos o

Exército antes e depois do 25 de Abril e no Exército não se toca. Somos espelho da Nação, ec.

Ora a nosso ver, isso não é bem assim, e achamos que o actual exército português em vez de dar cobertura, de estimular todas as iniciativas que visem a responsabilização da prática desse Exército. E isto é um caso particular de um caso mais geral que é o seguinte:

Trata-se de pôr em julgamento os responsáveis por 48 anos de fascismo, de colonialismo e ditadura. E o actual poder, quer militar quer político, está com melhores condições do que ninguém para o fazer, não só porque está mais próximo dos acontecimentos, como porque é contemporâneo do Povo que sofreu materialmente as consequências desse regime. E será muito mais difícil daqui a 100 anos estabelecer os processos e promover o julgamento dos responsáveis, ainda que simbolicamente, do que fazê-lo hoje.

E o que me parece a mim, é que o actual poder no seu conjunto não está a fazer isso.

Das duas uma: ou o Exército declara uma rotura com o seu passado, ou não declara. Se declara, tem de ser consequente com isso; se não, tem de o dizer claramente. Se não o disser claramente, a sua prática fornecerá elementos que não deixam lugar a quaisquer dúvidas sobre o julgamento público. É só isto. O resto são malabarismos. Não é com mais artigo ou menos artigo da Lei de Imprensa que se vai escamotear a questão central: julga-se ou não o regime fascista?

«PARECEM BASTANTE ARBITRÁRIOS OS CRITÉRIOS DE JUSTIÇA DO ACTUAL PODER JUDICIAL.»

Quanto à minha posição vou mantê-la recorrendo ao direito ao sigilo

Continua na pág. 12



e a actualidade nacional

Entrevista com José Amaro



Continuação da pág. 11

profissional que a Lei de Imprensa consagra. Eu terei que recorrer a um advogado para me defender juridicamente uma vez que terei que responder em tribunal. Se entrarmos numa prática institucionalizada de termos de dar a conhecer a fonte de informação, então é melhor acabarmos com a profissão e com a Imprensa. Trata-se de um atentado ao direito que as pessoas têm de ser informadas, e o dever que os jornalistas têm de procurar a informação e divulgá-la.

REVOLUÇÃO — No caso de ser condenado, sabes no que podes incorrer?

J.A. — Não faço a menor ideia. Você sabe que, do ponto de vista formal os pides incorrem em prisões que vão de 2 a 12 anos... mas há cobertura jurídica para estas sentenças, e eles estão a sair em liberdade de modo que parecem bastante arbitrários os critérios de justiça do actual poder judicial.

Não se compreende que sendo como se diz o poder judicial independente do poder executivo, legislativo e militar, não se compreende como é que os tribunais se permitem aplicar as «penas» que têm aplicado aos pides/DGS. Gostaria de saber se realmente isso não traduz uma subordinação prática em material, tanto se me dá que ela seja jurídica e formal como não, o que importa é se ela é material ou não, a outros poderes. Ai está uma questão para os jornalistas.

Porque uma total independência judicial não poderia deixar de encontrar os meios e os critérios, até porque a lei está à sua disposição (a Lei 8/75), para julgar como merecem os Pides/DGS. Aliás, a simples composição dos tribunais militares territoriais é uma coisa surpreendente. Porque os advogados que eu conheci durante 10 anos de convivência antifascista não os vejo em nenhum tribunal territorial. Consequentemente antifascista, não falo propriamente do dr. Palma Carlos.

REVOLUÇÃO — De quem depende a constituição dos tribunais militares territoriais?

J.A. — Suponho que dependem directamente do Conselho da Revolução. E isto levanta problemas porque

no fundo são os militares a julgarem os pides. Quer dizer os tipos tiveram durante anos a trabalhar lado a lado e agora estão a fingir que estão em oposição em relação aos outros.

Bom! Se há alguma coisa de verdadeiramente escandalosa neste país são os julgamentos dos pides. E eu não sei qual será a consequência disso.

Custa-me acreditar que milhares e milhares de portugueses que sofreram durante anos a fio as consequências da prática da Pide/DGS, fiquem impávidos e serenos a apreciar a farsa destes julgamentos! Ou então eu estou muito enganado quanto à dignidade do Povo português!

Isto constitui em termos materiais um grande perigo. Porque os Pides saindo para a rua ficam à disposição de quem lhes quiser chegar a mão. Porque são mercenários fascistas e torturadores profissionais. Preparados fisicamente e psicologicamente para um certo tipo de actividade. E se 2156 senhores destes vêm para a rua, são matéria-prima para muita coisa.

REVOLUÇÃO — Até porque terão os problemas de emprego que nesto momento afectam muitos portugueses e nessa altura tenderão a fazer aquilo em que são especialistas...

J.A. — Ainda por cima.

REVOLUÇÃO — Mesmo no aspecto da possibilidade da reincidência do fascismo em Portugal, se as coisas não são chamadas pelos devidos nomes, e classificadas como merecem, há muito mais possibilidade de se reproduzirem situações idênticas, uma vez que elas nem sequer tiveram consequências, nem sequer foram condenadas.

J.A. — Outro aspecto de que ainda não falei é que, nos termos da última convocatória feita ao editor do livro **Massacres em Moçambique**, este corre o risco de ser apreendido. Isto seria um precedente extremamente grave em matéria de liberdade de expressão e de informação neste país. Porque estas coisas começam sempre assim: com um pretexto, depois, gradualmente tornando-se mais clara e acabam como eles querem.

Não sei se isso vai acontecer, mas nos termos da convocatória corre esse risco.

comunicado

AS ELEIÇÕES

1. Os resultados por que se saíram as eleições para as autarquias são uma derrota para a direita. Não por que as classes trabalhadoras se possam vir a libertar pelo voto. Não por que, como o afirmam certas correntes reformistas, as eleições tenham constituído uma vitória de esquerda. O que foi significativo nestas eleições não foram principalmente os votos expressos, mas as abstenções. O número de votos não declarados (abstenções, votos brancos, votos nulos), que totaliza cerca de 2 milhões e meio (38,27 por cento do eleitorado), é a prova evidente de que os trabalhadores sentem cada vez com maior nitidez que as eleições em capitalismo não resolvem coisíssima nenhuma. Os meios de comunicação ao serviço da burguesia e do eleitoralismo apresentam grandes títulos e dados que mistificam as realidades. Escandem, por exemplo, as verdadeiras percentagens das votações, não apresentam percentagens sobre o total de eleitores mas apenas sobre o total de votantes. Por outro lado, não referem a quantidade de votos perdidos pelos partidos burgueses e reformistas. Assim, e em valores aproximados, em relação ao total de eleitores, o que aconteceu realmente foi que o VDS obteve 10,72 por cento, o PSD 15,66 por cento, o PS 21,45 por cento e a FEPU 11,41 por cento. Se compararmos os votos obtidos pelas mesmas forças políticas nas eleições para a Assembleia da República e nas autarquias verificamos, aproximadamente, que o CDS perdeu 165 000 votos, o PSD 284 000 votos, o PS 500 000 votos e a FEPU 90 000 votos. Sendo vários os factores que pesam nestes resultados, como a não concorrência por parte das várias forças políticas em todas as autarquias, o estar em causa o poder local e não o poder central, há que ressaltar o facto de os trabalhadores e o povo estarem fartos de falsas promessas e demagogia dos partidos burgueses e eleitoralistas.

2. Continuando a comparar os resultados eleitorais entre as legislativas e as autarquias, importante se torna realçar as perdas dos partidos de direita a Norte do Tejo, o que demonstra que é possível trazer novas camadas para o lado das forças progressistas e contar com elas para a Revolução. O caciquismo e a demagogia dos partidos de direita perderam terreno.

As perdas do Partido Comunista e do Partido Socialista nos distritos em que as classes trabalhadoras estão politicamente avançadas (Alentejo, Setúbal, Lisboa e Porto) significam que importantes sectores do proletariado não acreditam já minimamente no reformismo e recusam votos perdidos em partidos eleitoralistas, ainda que rotulados de «esquerda». A candidatura unitária e revolucionária de Oteló à Presidência muito contribuiu para que esta consciencialização se aprofundasse. Os votos que ficaram em casa realçam de forma vigorosa a necessidade premente de construir uma alternativa revolucionária, que o actual MUP não é, alternativa capaz de perspectivar as lutas dos trabalhadores e a sua organização no sentido da tomada do poder.

3. Os resultados conseguidos pelos GDUP, reduzindo a cerca de 1/8 a votação obtida por Oteló nas presidenciais, são resultado em grande parte daquilo que continuamente vinhamos a combater dentro e fora dos GDUP — o seu cada vez maior estreitamento partidário e submissão à linha reformista veiculada pelas posições afectas à direcção da UDP. As teses de alguns intelectuais também contribuíram, à sua maneira, para deixar chegar os GDUP à grave derrota que sofreram.

Mas os resultados são, sobretudo, a prova de que os trabalhadores e o povo estavam era empenhados no projecto revolucionário subjacente à candidatura de Oteló que trazia implícita uma prática revolucionária, de resolução dos problemas concretos das massas, e não voltados nem preparados para uma estratégia eleitoralista.

Aos camaradas dos GDUP que estiveram honesta e revolucionariamente empenhados em candidaturas de unidade popular cabe extrair daqui as necessárias lições para a actuação futura num projecto que seja realmente unitário e revolucionário.

4. Do resultado das eleições se conclui, ainda, que a situação política permanece no impasse, que as veleidades de golpes institucionais ficaram travadas por agora e que a extrema direita reforçará a preparação do golpe fascista. A isto terão de opor os revolucionários o máximo de coragem e determinação na tarefa enorme de construir um forte partido revolucionário capaz de fazer as alianças indispensáveis à resolução revolucionária para a crise actual.

EM FRENTE PELA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES
EM FRENTE POR UM FORTE PARTIDO REVOLUCIONÁRIO
EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

RODOVIÁRIOS GREVE DA MALA



Iniciou-se às 0 horas de terça-feira, dia 21 de Dezembro, uma greve da mala que consiste na não cobrança de bilhetes por parte dos transportes públicos.

Desde Junho que os trabalhadores lutam pela saída do seu CCT. A Rodoviária Nacional, a maior empresa do sector, estatizada, apresentou uma contra-proposta considerada inaceitável, pois vinha inclusivamente retirar conquistas já por estes alcançadas no anterior CCT datado de Junho de 1975. O Governo tinha prometido que alargaria às empresas privadas, que desde o início se recusaram a discutir, o CCT discutido com o a Rodoviária Nacional.

O objectivo fundamental da greve consiste pois em obrigar o Governo a fazer sair o CCT, sem necessidade de passar à fase de arbitragem que mais não faria que aprovar a contra-proposta da Rodoviária Nacional.

A decisão foi tomada pelos trabalhadores numa assembleia geral realizada em 19 de Dezembro, depois de esgotado o prazo dado ao Governo e à Rodoviária Nacional para acordarem o CCT. Estiveram presentes na assembleia, considerada a maior jamais realizada no sector, o Sindicato das Garagens, Postos de Abastecimentos Transportes e Oficinas Correlativos do Centro e Sul e o Sindicato dos Rodoviários de Setúbal que apoiam incondicionalmente a luta.

A proposta aprovada por aclamação foi a seguinte:

PROPOSTA

CAMARADAS:

Em face do impasse seguido na negociação do nosso CCTV e ao analisar o pedido da RN e do Ministério dos Transportes para se passar à arbitragem o que significa a aprovação da contraproposta da RN que só visa roubar o que os trabalhadores neste momento já auferem.

Considerando:

- 1.º A justeza das reivindicações por nós apresentadas.
- 2.º Considerando que a experiência

nós mostra que só pela luta alcançaremos os nossos justos direitos; propomos;

- a) Entrar em «greve de mala» no sector dos Transportes Públicos e fazer «greve de zelo a 50 por cento no sector de carga, e só realizar despachos a serviços de urgência.
- b) Que a greve seja iniciada às 24 horas do dia 20 de Dezembro de 1976 até à assinatura do nosso CCTV.
- c) Que se proceda à formação de piquetes de greve em todos os locais de trabalho.
- d) Que o Sindicato tome todas as iniciativas para esclarecer o povo da justeza da nossa luta.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

Os trabalhadores optaram pela não cobrança de bilhetes desmascarando o Governo que declarou publicamente que aumentava as tarifas dos transportes para suportar o aumento dos ordenados dos trabalhadores do sector. No entanto, o que se verifica, é que os únicos salários que aumentaram foram os dos administradores.

O Sindicato das Garagens, Postos de Abastecimentos, Transportes e Oficinas Correlativos, através do seu presidente, encontra-se seguro que a adesão à greve por parte dos cobradores será total, não só pela forma como decorreu a Assembleia, mas também devido aos contactos que anteriormente foram feitos pelo país entre elementos do Sindicato e trabalhadores das diferentes empresas em que a posição fase à discussão da necessidade da desão à greve por parte dos cobradores será total, não só pela forma como decorreu a Assembleia, mas também devido aos contactos que anteriormente foram feitos pelo país entre elementos do sindicato e trabalhadores das diferentes empresas em que a posição fase à discussão da necessidade da luta pela saída do CCT vertical era praticamente unânime.

COMUNICADO A JUSTA LUTA DOS TRABALHADORES DA LATOARIA MECÂNICA LDA.

Os trabalhadores da Latoaria Oriental encontram-se em luta para que lhes sejam pagos os ordenados em atraso e para que lhes seja garantido trabalho. Transcrevemos seguidamente o comunicado e apelo por eles feito.

Há quase dois anos que se arrasta a crise da empresa, em relação aos descontos a nós feitos, e que não são entregues na Caixa de Previdência, Sindicato, Fundo de Desemprego, etc.

Quando saiu o Contrato Colectivo de Trabalho dos Metalúrgicos, foi decretado o salário mínimo de 6750\$00. No entanto, a empresa continuou com o ordenado de 4.950\$00 que já ganhávamos antes do 25 de Abril.

Desde Agosto do presente ano que nos encontramos com os salários atrasados, bem assim como os subsídios.

Entretanto continuámos a produzir como anteriormente e como a solução se arrastava há já algum tempo, decidimos entrar em greve no dia 8 de Novembro ate que nos sejam pagos os ordenados em atraso.

Durante o tempo que estamos em greve já tentámos várias soluções tais como, resolver com a entidade patronal o nosso caso, nada se tendo conseguido. Tentámos ainda a resolução por intermédio do Ministério do Trabalho e o que conseguimos e nada é precisamente a mesma coisa.

Neste momento tivimos de reter o carro do patrão, Dom Luis Manuel Vilar Cabral da Câmara Belmonte, como mais uma forma de luta para o obrigar a pagar os ordenados em atraso.

Se a facturação é a mesma que antes do 25 de Abril, porque é que a partir desta data os descontos que nos são feitos não têm dado entrada na Cixa, Fundo de Desemprego, etc.?

Se nos primeiros 6 meses de 76 a empresa facturou 2.600.000\$00 e a mão-de-obra custou 700.000\$00, a matéria-prima cerca de 800.000\$00, para onde foi o resto do dinheiro?

O Ministério do Trabalho impôs aos trabalhadores e patrão que arranjassem encomendas. Se o Ministério faz parte do Governo, e várias empresas nacionalizadas, como a Sacor, Sonap, etc. que podem consumir as latas que produzimos, porque é que não se garantem as encomendas através dessas empresas?

APELAMOS A TODOS OS TRABALHADORES QUE SE SOLIDARIEM COM A NOSSA LUTA, QUE TAMBÉM SERÁ A VOSSA!

Os trabalhadores da Latoaria Oriental Lda.
R. Pereira Henriques, n.º 22 a 28 — Marvila

VIVAM OS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR!

dos trabalhadores

COMUNICADO A REACÇÃO FAZ AS SUAS SEMENTEIRAS NO ALENTEJO

Os ataques aos trabalhadores alentejanos, e até mesmo aos sindicatos rurais (quando a conciliação destes não chega ao nível que a direita pretende); assim como às organizações políticas de esquerda no Alentejo, têm vindo em crescendo, atingindo nos últimos dias formas provocatórias e terroristas.

As «reservas», as desanexações, o corte e créditos, o saneamento de elementos de esquerda nos Centros de Reforma Agrária (substituindo-os por pessoas da confiança dos agrários) as reuniões, como a do último fim-de-semana no Centro de Reforma Agrária de Évora, com 15 agrários são peças de um mesmo mecanismo que procura atemorizar dividir e estrangular os trabalhadores, para proceder à recuperação capitalista, com a cobertura de um Governo falsamente socialista e democrata. E já começaram a prender trabalhadores alentejanos, com a respectiva legalização dos juizes e leis burguesas para que reideiros da Inglaterra ou latifundiários portugueses possam viver em socialismo, liberdade e segurança».

E como os decretos, as leis e as tiradas demagógicas deste governo não convencem, lá estão equipas da P. J. em Évora, que interpelam pessoas perguntando se vêm de reuniões políticas, e que vão mais longe, interrogando sobre partidos políticos de esquerda e utilizando «trabalhadores» ao seu serviço, como a PIDE antigamente fazia com os seus bufos. Assim como lá estão a Polícia de choque e a G. N. R., com as suas armas e os seus blindados, todo o aparato militar, com os voos razantes de helicópteros sobre terras alentejanas.

E esta a lógica de um Governo e de um Poder que, enquanto ataca violentamente as conquistas dos trabalhadores, vai ao Brasil negociar a vinda dos capitais privados e de tecnocratas fascistas e quem sabe, se a vinda de Marcelo Caetano! O Spínola, já cá está!

Mas os trabalhadores e os revolucionários saberão encontrar as formas de combater estas medidas, tal como no passado souberam encontrar os meios para dar combate ao fascismo.

A. C. I. I. D. DO P. R. P.
(Comissão de Imprensa, Informação e Documentação)

NOVOS ATAQUES À REFORMA AGRÁRIA



TRABALHADORES NA PRISÃO

No Alentejo a G. N. R. recupera dia a dia as funções que desempenhou durante décadas.

No passado dia 16 a G. N. R. prendeu, por alegadas «injúrias à autoridade» e com a brutalidade que a caracteriza e que já não precisa de mascarar, cinco trabalhadores agrícolas, dois deles delegados do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja e os restantes três, trabalhadores da Unidade Colectiva de produção «Otelô Saraiva de Carvalho».

Esta força repressiva manteve os presos em condições de sigilo e isolamento que lembram aos seus camaradas de trabalho os métodos da P. I. D. E. que muitos deles sofreram.

A própria Polícia Judiciária ficou admirada pelo facto da prisão não ter seguido os trâmites legais, com julgamento no tribunal da comarca onde se deu o inventado incidente com as «forças da ordem»; o julgamento seria realizado em Lisboa, sendo os trabalhadores libertados sem nada se ter provado contra eles.

Os crimes de que a G. N. R. acusa os trabalhadores são efectivamente os mesmos por que prendia antes de 25 de Abril: os «crimes» de reunião, de associação, de manifestação, etc.

Contudo, a larga solidariedade manifestada por milhares de trabalhadores, traduzida em dezenas de moções de apoio aos assalariados rurais presos, e moções de repúdio enviadas a Ramalho Eanes, à Assembleia da República, ao ministro António Barreto, mostram que a «autoridade» não imporrá assim tão facilmente o seu «respeito».

ARMAZEM DE COOPERATIVA INCENDIADO

Foi incendiado na manhã do dia 17 o armazém onde os trabalhadores duma cooperativa de Mouriscas do Sado (distrito de Setúbal) guardam os adubos e as alfaías agrícolas.

Este incêndio, que os trabalhadores não hesitam em atribuir a grupos fascistas, vem no seguimento da destruição de material de rega efectuada há já algum tempo por esses mesmos grupos.

Luta dos Trabalhadores

CONSERVEIROS DE MATOSINHOS EM LUTA

Na maioria dos sectores de trabalho os patrões recusam-se a assinar os C.C.T., noutros (como é o caso dos conserveiros de Matosinhos) depois de os assinarem decidem contestá-los e chegam mesmo a interpor recurso ao tribunal.

A luta dos conserveiros de Matosinhos iniciou-se quando os patrões se recusaram a cumprir a portaria que altera o C.C.T. vigente. A recusa dos patrões reside principalmente no pagamento do 13.º mês, que deveria ser pago a 100 por cento e que uns pretendem pagar a 50 por cento e outros dizem só pagar quando souberem a resposta ao recurso por eles interposto.

Três empresas de Matosinhos encontram-se paralisadas enquanto a direcção do Sindicato se reúne com representantes do Ministério do Trabalho afim de se encontrar uma saída para o diferendo. Caso estes encontros falhem as pralizações que até agora se têm verificado a nível local, alargar-se-ão a todo o país.

SHIMING

Depois das promessas do B.P.A. de que daria uma resposta até à passada sexta-feira, terem falhado, os trabalhadores da Shimming reiniciaram no dia 21 uma greve que segundo eles só acabará quando receberem os salários que os patrões lhes devem.

Esta decisão vem no seguimento de um plenário onde os trabalhadores debateram o facto do B.P.A. depois de lhes ter prometido o pagamento dos salários (o que os fez interromper a greve que vinham travando à oito dias), se ter recusado de novo a fazê-lo, dizendo-lhes não ter ainda «nenhuma resposta» para dar.

Segundo os trabalhadores da Shimming agora a greve só terminará quando o seu dinheiro lhes pertencer e não voltará a haver promessas do Estado ou se as houver não serão certamente também aceites.

AGÊNCIAS DE VIAGENS — TRABALHADORES EM LUTA PELO C.C.T.

Os trabalhadores das agências de viagens lutam desde o dia 19 de Fevereiro pela publicação do contrato colectivo de trabalho e pelo seu alargamento às empresas privadas. De facto, se as negociações com a Enatur (empresa estaziada) se iniciaram e decorrem de uma forma positiva o mesmo não se pode dizer das negociações com o sector privado cujos patrões se recusaram sempre a negociar.

Para pressionar o fim das negociações com o Estado e a aplicação do C.C.T. nas empresas privadas os trabalhadores das agências de viagens paralisaram no passado dia 20 e pensam voltar a fazê-lo caso as suas reivindicações não sejam satisfeitas.



COMUNICADO AOS TRABALHADORES DA "TABAQUEIRA"

Coronéis que se opuseram ao «25 de Abril» sobem a postos de comando, os bombistas e «pídes» continuam a ser soltos e armados, comissões de trabalhadores e sindicalistas são despedidos ou sofrem prisões como nas Oficinas Gerais de Material de Aeronáutica e sector têxtil.

O P.R.P. sofre um ataque da direita (buscas, interrogatórios, chegando mesmo à prisão). Neste ataque que os fascistas desferem sobre o P.R.P. contribuem, pelo seu sectarismo, organizações reformistas, algumas das quais fazem parte do «M.U.P.».

Medidas impopulares, como as desocupações de terras no Alentejo, a entrega de casas aos senhores, o regresso dos patrões às empresas, o aumento desenfreado do custo de vida, o abortado projecto de pagamento do 13.º mês em títulos, entre outras, não conseguirão reconstruir o sistema capitalista em crise profunda. A burguesia, ou mais precisamente, o imperialismo, prepara um golpe violento que destrua a capacidade de organização e resposta que os trabalhadores têm mostrado como actualmente na luta dos têxteis, C.T.T. e construção civil.

A luta nos quartéis contra a repressão e a posição antifascista de militares (alguns dos «nove») que há um ano combatiam a esquerda mas que hoje reconhecem o perigo do fascismo e se vêem obrigados a enfrentar a extrema-direita, «leva-nos a concluir da necessidade e viabilidade de uma larga frente antifascista, na qual o proletariado tem de encontrar formas de ter a hegemonia e conduzir o processo».

A unidade que todos os trabalhadores consideram fundamental tem que se conseguir sobretudo dentro das fábricas na luta pela resolução dos problemas concretos. Assim:

— é necessário que os trabalhadores se organizem nos locais de trabalho, discutam em reuniões sectoriais e plenários os seus problemas e que elejam os seus representantes a uma comissão de trabalhadores, representantes estes revogáveis a qualquer momento pela assembleia que os elegeu e que se obrigam, perante a assembleia, a cumprir as decisões tomadas maioritariamente pelos trabalhadores.

Na «Tabaqueira» existe uma comissão de trabalhadores? É evidente que não. Existirá, quando muito, uma comissão de gestão dos patrões, que não é mais do que o prolongamento do Conselho de Gerência. Esta comissão de gestão dos patrões, abusando do mandato que lhes foi conferido pelos trabalhadores, não tem feito mais do que dar cobertura aos actos dos patrões que formam o Conselho de Gerência. Se não, vejamos:

1. A pseudo comissão de trabalhadores esteve presente no acto de posse da Gerência, dando assim cobertura a este acto;

2. A «C.T.» dá o seu parecer favorável às normas sobre faltas dimanadas da Gerência;

3. A «C.T.» dinamiza as eleições dentro da fábrica para um órgão fiscalizador (estatal) que nada tem a ver com os interesses dos trabalhadores;

4. E até quando se trata de medidas que vêm beneficiar os trabalhadores, não é capaz de mexer uma palha para as concretizar. A propósito: a) quando é que começam a pagar os transportes dos filhos dos trabalhadores ainda não abrangidos por essa regalia? b) porque é que nunca foi posta em prática uma decisão de uma anterior C.T. de pôr a sala de convívio de fábrica ao serviço dos trabalhadores, para que estes possam lá comer o lanche, e não na casa de banho como agora fazem?

5. Esta «C.T.» está completamente dividida, não representa ninguém, e não se sente com capacidade de tomar a direcção de qualquer plenário de trabalhadores (é só ver a maneira como decorreu o último (e único) plenário de trabalhadores realizado em Cabo Ruivo).

6. Esta comissão, desde que foi eleita, promoveu um único (e vergonhoso) plenário de trabalhadores.

É claro para nós que a C.T. que não existe enquanto tal, deve muito rapidamente ser criada. Uma C.T. que seja capaz de responder, a qualquer momento, aos trabalhadores, que seja capaz de estar à frente das lutas que lhes dizem respeito, nomeadamente a luta pelo controle operário e pela transformação do super-mercado do bairro numa cooperativa de consumo, no sentido da ligação cidade-campo, em defesa da Reforma Agrária, tão atacada pelo Governo e pela C.A.P.

Esta C.T. deve-se articular com as outras C.T.'s existentes, através de um movimento de unidade popular, revolucionário, tal, como nós o defendemos: um M.U.P. capaz de preencher a necessidade de uma forte organização unitária de massas com autonomia própria, dotada de uma clara definição política e ideológica que evite desvios reformistas na aplicação do programa de candidatura de Otelu, movimento de unidade popular que não pode ignorar as componentes autónomas (partidos, G.D.U.P.'s, organismos populares de base e militares revolucionários) componentes estas que não são invenção subjectiva do P.R.P., mas a realidade que é preciso transformar revolucionariamente e que são fundamentais para um processo insurreccional vitorioso. Agora que o confronto com a burguesia se aproxima, os trabalhadores têm que deixar para trás todas aquelas forças que, dizendo-se de esquerda revolucionária, e porque temem o confronto com a burguesia, não estão dispostos a enfrentá-la.

Em frente com a organização popular.

— Contra o fascismo e o capitalismo, uma só solução: Revolução Socialista.

16-12-76

Célula do P.R.P. na «Tabaqueira»

Lutas dos Trabalhadores

FACAR — PATRÕES REGRESSAM

Em Maio de 1974, reunidos em plenário, os trabalhadores da FACAR, da Leça da Palmeira, decidem expulsar os patrões, devido, entre outras razões, aos desvios de dinheiro várias vezes verificados.

Um mês depois o Governo viria a aceitar a decisão dos trabalhadores e a nomear uma comissão administrativa.

Em Setembro do ano passado os patrões entram ilegalmente na fábrica sendo posteriormente expulsos.

Em Abril deste ano, em escrutínio secreto, os trabalhadores decidem não permitir um eventual regresso dos patrões.

Agora e depois de uma série de acontecimentos que vão desde o envio de panfletos para casa de cada operário até aos seus disfarces em membros do PS os patrões regressam à fábrica expulsando a Comissão Administrativa.

Qual será agora a resposta do Governo? São os seus próprios representantes que são lesados. A resposta será ainda a cedência?

TRABALHADORES VENCEM O PATRÃO NA MANUEL LOPES HENRIQUES

Os dois dirigentes sindicais despedidos desta firma foram ontem reintegrados, tendo os restantes trabalhadores terminado a greve de solidariedade de que haviam iniciado quando se verificou o despedimento.

A reintegração deu-se depois dum reunião no Ministério do Trabalho, onde os representantes deste organismo se comprometeram a ceder um empréstimo de 25 mil contos para a recuperação financeira da empresa assim como o dinheiro respeitante aos subsídios de Natal, tendo, por sua vez, o patrão e os trabalhadores se com-

prometido a reabrir a fábrica até ao fim-de-semana. Foi também «autorizada» o controlo de gestão por parte dos operários. O resultado desta luta foi, portanto, positivo. A firmeza na luta e a solidariedade demonstrada entre os trabalhadores, não só venceu o boicote do patrão como também a inoperância do Ministério do Trabalho.

QUÍMICOS LUTAM PELO CCT

Os trabalhadores químicos encontram-se há oito meses em negociações com o patronato para que seja publicado um novo contrato colectivo de trabalho.

O facto de os salários não serem revistos há cerca de 20 meses, e, da maioria dos trabalhadores deste sector ganhar menos de 5 mil escudos mensais, leva os sindicatos a não aceitarem que essas negociações se arrastem indefinidamente.

Em Janeiro, serão, entretanto, estu-

dadas formas de luta a ser adoptadas. A classe, no entanto, responsabiliza desde já os patrões pela luta que se vier a desenrolar por estes continuarem a não apresentar propostas concretas. Aliás, o patronato não só se tem recusado a actualizar os salários, como também tentado retirar direitos anteriormente conquistados pelos trabalhadores. Estes prometem, no entanto, não recuar na defesa dos seus legítimos direitos.

PORTO — TRABALHADORES DOS TRANSPORTES EM LUTA

Num plenário, realizado ontem, os trabalhadores dos transportes públicos do Porto decidiram dar um prazo até ao fim do mês para que o seu CCT seja negociado.

Se tal não acontecer os trabalhadores voltarão a reunir para decidir as formas de luta a adoptar.

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, ... Lisboa

EDITORIAL

Que a rádio oficial comente, como o fez, a respeito do petardo na P.J. no dia da prisão dos cinco trabalhadores alentejanos — «Coincidências...», que a rádio porta-voz do poder o faça, é já entrar num terreno movediço de provocação, é já entrar num terreno de guerra, a respeito da qual poderemos dizer como de todas as guerras — vamos ver quem é que a ganha.

A rádio, a T.V. e a imprensa estatizadas têm sido realmente, no seu conjunto, uma grande provocação. E a elas se junta a imprensa que, embora não sendo estatizada, vai recebendo no entanto, dinheiro pela porta do cavalo. E mais todo o caudal de jornais de extrema-direita que enxameia bancas e escapartes. Esta é a palavra escrita, ouvida, vista... por milhões de trabalhadores. Esta é a intoxicação diária.

É através destas inesgotáveis fontes que as forças de direita têm feito um poderoso trabalho de contra-informação no sentido de atribuírem à esquerda as bombas da direita. Poderemos mesmo dizer que os sucessivos actos de sabotagem têm sido como propósito principal a sua tribuição posterior à esquerda, ou «extrema-esquerda» como eles gostam de dizer. Para montar esta engrenagem dispõem de tudo. De meios técnicos. De complacência das autoridades (vejam-se as complicitades do passado, que a presente exoneração de Mota Freitas prova). Da enorme máquina de intoxicação comandada dos Restauradores pelo Ministério da Comunicação Social. E por fim... da possibilidade de reprimir sob suspeita aqueles que estavam em casa ou no trabalho enquanto eles andavam a pôr as bombas.

Esta é a história que não está escrita na imprensa, mas que se pode ler nas entrelinhas, juntando cada jornal como num puzzle. E que aparece mais claramente nos porta-vozes da CIA — «Tempo» e «Expresso».

Por isso o locutor da RDP comenta: «coincidências...» Isto é, os cinco trabalhadores alentejanos não só são presos, como como ainda por cima se insinua que os seus amigos na sombra vão com mão misteriosa colocar um petardo na P.J. A qual diz «não nos intimidam!» Perfeito!... a CIA tem uma longa experiência e um esquema bem montado. Este poder tem uns tentáculos complicados e usa processos mais complexos do que no passado o fascismo. Que diabo! O Caetano só fez isto duas vezes — Cais do Sodré e linha do Norte. E este poder e os seus tentáculos já o fizeram muito mais vezes e em muito menos tempo. Recursos a que tem que recorrer um poder que já não tem uma lei fascista, mas sim uma Constituição «socialista», habilidades a que tem que recorrer um poder que já não possui a PIDE, mas que procura formar uma nova PIDE por método rápido.

Neste momento histórico não é a violência das bombas que constitui uma forma revolucionária de violência, como o foi no passado. Na situação de fascismo são correctas as sabotagens contra objectivos do campo inimigo. Hoje a violência tem que ser uma violência que possa ser assumida pelas massas, tem que ser uma violência de massas em relação com as suas lutas, com a resistência ao avanço das forças de direita, com a tomada do poder.

Essa violência dos trabalhadores contra o seu inimigo principal, essa violência das massas contra a burguesia, não a podem imitar os provocadores de direita, não podem finji-la para provocar.

Ela existe ou não existe. E se existir não é imitação... É mesmo para varrer do poder os fantoches da contra-revolução.

Notícias

Durante a campanha eleitoral para as Autarquias, a policia de choque actuou pela primeira em Coimbra após o 25 de Abril.

Consta como provável o afastamento de Canto e Castro do C.R., dados os seus recentes encontros na Bélgica com Holden Roberto (e não só). Em compensação um grupo de militares estaria a fazer a proposta de permanência de Moraes e Silva no C.R., apesar deste sair de CEMFA, como já veio a público.

Em Alquerubim (Aveiro) consta que a morte súbita de um homem da localidade teve causa em maus tratos praticados sobre ele por um militar da região. Apesar da agitação, comunicados e abaixo-assinados pedindo a sua prisão, o presumível autor mantém-se em liberdade e até à data (já lá vão três semanas) a família da vítima ainda não pôs o caso em Tribunal, suspeitando-se que está sob pressão para o não fazer.

Esta não vem no «Relatório sobre as servicias»...

O Hermínio Venâncio (lembra-se dele?) foi preso há tempos como suspeito de ligação à rede bombista e estaria relacionado com o carro apreendido em Monsanto com material explosivo. Pois bem... foi nas últimas eleições candidato à autarquia local pelo CDS da zona de Mangualde.

REFORMA AGRÁRIA



Quando os trabalhadores ocupavam terras desbravando mata...



Encontrando trabalho para muitos desempregados...



Já os abutres do fascismo pairavam sobre estes campos. E já os trabalhadores contavam com esta guerra

lê
assina
e divulga

Revolução